

discussão e apropriação dos achados do estudo e à formulação de mecanismos regulatórios que tentem contemplar as várias lógicas de regulação. A pesquisa será realizada em parceria com os dois gestores municipais, com o órgão regional da Secretaria da Saúde e com o Centro de Investigações e Estudos de Sociologia, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Universitário de Lisboa (Cies-ISCTE/IUL), de Lisboa (Portugal), e a Universidade Estadual de Campinas, por meio do Departamento de Medicina Preventiva e Social (DMPS).

### **364 Ocorrência e atendimento de violência de gênero entre mulheres usuárias dos serviços de saúde da rede pública de Ribeirão Preto**

Elisabeth Meloni Vieira  
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto  
Universidade de São Paulo (USP)  
Processo 2006/61922-9  
Vigência: 1/5/2007 a 31/3/2009

Este projeto pretende estudar a prevalência da violência de gênero (doméstica e sexual) entre mulheres usuárias de serviços da rede pública do Sistema Único de Saúde de Ribeirão Preto, SP, e identificar as necessidades de capacitação dos profissionais de saúde para que haja um atendimento adequado e com atuação dos outros setores da rede de apoio social das mulheres em situação de violência. O projeto objetiva fornecer informações e subsídios para a Secretaria Municipal de Saúde adotar uma política clara de melhoria de atendimento em conjunto com outros setores sociais. Pretende-se uma duração de 24 meses.

### **365 Os processos judiciais para acesso aos medicamentos: a saúde do paciente, a saúde do sistema único ou a saúde da indústria?**

José Sebastião dos Santos  
Secretaria Municipal de Saúde  
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto  
Processo 2006/61915-2  
Vigência: 1/5/2007 a 30/6/2007

Os medicamentos, ferramentas fundamentais para o homem, relacionam-se a altos índices de morbimortalidade, decorrentes da prática inadequada dos profissionais da saúde, com consequentes prejuízos financeiros. Pode-se evitá-los mediante promoção do acesso, uso correto e racional de medicamentos e práticas clínicas do farmacêutico. Para a efetiva utilização dos medicamentos, os indivíduos devem ter acesso ao produto farmacêutico. A saúde é direito garantido por lei a todos os cidadãos

(Constituição Brasileira de 1998) e obrigação do Estado, que se responsabiliza pelas ações que garantam a saúde da população. Se não conseguem acesso pelo Sistema Único de Saúde, os usuários de medicamentos ou os custeiam ou recorrem à Justiça para garantir seu direito constitucional. Esse processo de judicialização da saúde pode colocar interesses individuais à frente de interesses públicos, espoliando importante recurso financeiro e prejudicando a tomada de decisões pelo sistema político, com impacto coletivo. A aquisição de medicamentos para cumprimento de mandados judiciais cresceu agressivamente nos últimos anos. Neste estudo, pretende-se caracterizar o perfil e demanda dos mandados judiciais no Estado de São Paulo, percepção e expectativas de seus atores (pacientes, juízes, promotores, médicos, gestores de saúde, farmacêuticos), a identificação de possíveis causas e tendências, para se compreenderem as necessidades da assistência em saúde do município. Realizar-se-á um levantamento dos processos nos municípios do estado por meio do relato dos responsáveis pela assistência farmacêutica e estudar-se-ão quali e quantitativamente os processos judiciais de Ribeirão Preto, SP, desde 1999. Subsídios para planejamento e elaboração de estratégias que minimizem o processo de judicialização farmacêutica e impactos na gestão em saúde serão levantados e discutidos.

### **366 Avaliação da tecnologia empregada no hemoglobímetro HB-010 e a possibilidade de aplicação pelo Sistema Único de Saúde convênio FAPESP-CNPq-SUS**

Mário Maia Bracco  
Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional  
Processo 2006/61907-0  
Vigência: 1/6/2007 a 31/8/2009

Avaliação da utilização de um equipamento de mensuração de hemoglobina em sangue capilar (HB 010), de baixo custo, por meio de validação em unidade de atendimento à saúde, em relação a um analisador de bancada (padrão ouro), e da utilização do equipamento por agentes comunitários de saúde do Programa de Saúde da Família, em relação à sua aplicabilidade e operacionalidade como instrumento de acompanhamento indicativo de efetividade de programas de suplementação e diagnóstico de anemia por deficiência de ferro.

### **367 Avaliação sistematizada da demanda e capacidade instalada para atendimento em cardiologia e da regulação de fluxo de pacientes na região de Ribeirão Preto, SP**